



A Santa Sé

JOÃO PAULO II

AUDIÊNCIA

Quarta-feira 3 de Novembro de 1999

Empenho pela redução da dívida internacional dos países pobres

1. «Vinde, benditos de Meu Pai, recebei em herança o Reino que vos está preparado desde a criação do mundo. Porque tive fome e destes-Me de comer, tive sede e destes-Me de beber...» (Mt 25, 34-35).

Estas palavras evangélicas ajudam-nos a dar consistência à nossa reflexão sobre a caridade, estimulando-nos, segundo as indicações da *Tertio millennio adveniente* (cf. n. 51), a focalizar algumas linhas de empenho particularmente de acordo com o espírito do grande Jubileu, para cuja celebração nos preparamos.

Para isto, é oportuna uma evocação do jubileu bíblico. Descrito no livro do Levítico, cap. 25, por certos aspectos ele reproduz e exprime de modo mais completo a função do ano sabático (cf. vv. 2-7.18-22), em que nos devemos abster do cultivo da terra. O ano jubilar ocorre depois de um período de 49 anos. Também ele é caracterizado pela abstenção de cultivar o solo (cf. vv. 8-12), mas comporta duas normas em benefício dos israelitas. A primeira diz respeito às propriedades da terra e às construções (cf. vv. 13-17.23-34); a segunda concerne à libertação do escravo israelita que foi vendido por dívida a um próprio compatriota (cf. vv. 39-55).

2. O jubileu cristão, como se iniciou a celebrar a partir de Bonifácio VIII em 1300, tem uma sua configuração específica, mas não lhe faltam conteúdos que remetem ao jubileu bíblico.

No que se refere à posse dos bens imóveis, a norma do jubileu bíblico baseava-se no princípio segundo o qual a «terra é de Deus» e, por isso, dada em benefício da inteira comunidade. Por

este motivo, se um israelita tivesse alienado o seu terreno, o ano jubilar consentia-lhe reavê-lo em posse. «Nenhuma terra será vendida definitivamente porque a terra Me pertence, e vós sois apenas estrangeiros e hóspedes na Minha casa. Portanto, concedereis o direito de resgate da terra em todo o país que possuídes» (Lv 25, 23-24).

O jubileu cristão remete-nos com sempre maior consciência aos valores sociais do jubileu bíblico, que quer interpretar e repropor no contexto contemporâneo, reflectindo sobre as exigências do bem comum e sobre a destinação universal dos bens da terra. Precisamente nesta perspectiva, na *Tertio millennio adveniente* propus que o Jubileu seja vivido como «um tempo oportuno para pensar, além do mais, numa consistente redução, se não mesmo no perdão total da dívida internacional, que pesa sobre o destino de muitas Nações» (n. 51).

3. Paulo VI, na Encíclica *Populorum progressio*, a propósito deste problema, típico de muitos países economicamente pobres, afirmou que é preciso um diálogo entre aqueles que fornecem os meios e aqueles a quem são destinados, de maneira a «avaliar os subsídios, não só quanto à generosidade e disponibilidade de uns, mas também em função dos bens reais e das possibilidades de emprego de outros. Então, os países em vias de desenvolvimento já não correrão o risco de ficarem sobrecarregados de dívidas, cuja amortização e juros absorvem o melhor dos seus lucros» (n. 54). Na Encíclica *Sollicitudo rei socialis* observei que, infelizmente, as mudadas circunstâncias, tanto nos países endividados como no mercado internacional financiador, fizeram com que o próprio financiamento se tornasse um «mecanismo contraproducente», e isto, «quer porque os países devedores, para satisfazerem os compromissos da dívida, se vêem obrigados a exportar os capitais que seriam necessários para aumentar ou, pelo menos, para manter o seu nível de vida, quer porque, pela mesma razão, eles não podem obter novos financiamentos igualmente indispensáveis» (n. 19).

4. O problema é complexo e de não fácil solução. Entretanto, deve ser claro que ele não é apenas de carácter económico, mas investe os princípios éticos fundamentais e deve encontrar espaço no direito internacional, para ser enfrentado e resolvido de maneira adequada, segundo perspectivas a médio e longo prazo. É necessário aplicar uma «ética da sobrevivência» que regule as relações entre credores e devedores, de modo que o devedor em dificuldade não seja pressionado por um peso insuportável. Trata-se de evitar especulações abusivas, de chegar a soluções concordes através das quais aqueles que emprestam estejam mais tranquilos e os que recebem se sintam empenhados em efectivas reformas globais no que se refere aos aspectos político, burocrático, financeiro e social dos seus países (cf. Pontifícia Comissão «Justiça e Paz», *Ao serviço da comunidade humana. Uma abordagem ética da dívida internacional*, II).

Hoje, no contexto da economia «globalizada», o problema da dívida internacional torna-se ainda mais difícil, mas a própria «globalização» exige que se percorra a estrada da solidariedade, se não se quiser ir ao encontro de uma catástrofe geral.

5. Precisamente no contexto destas considerações acolhemos a instância quase universal que nos chega dos Sínodos recentes, de muitas Conferências Episcopais ou individualmente dos Coirmãos Bispos, assim como de amplas representações de religiosos, sacerdotes e leigos, que dirigem um premente apelo para que sejam perdoadas, parcial ou até mesmo totalmente, as dívidas contraídas a nível internacional. De modo especial, pedir pagamentos com juros exorbitantes obrigaria a opções políticas que reduziriam à fome e à miséria inteiras populações.

Esta perspectiva de solidariedade, que tive ocasião de indicar na *Centesimus annus* (cf. n. 35), tornou-se ainda mais urgente na situação mundial dos últimos anos. O Jubileu pode constituir uma ocasião propícia para gestos de boa vontade: os países mais ricos dêem sinais de confiança em relação ao saneamento económico das nações mais pobres; os operadores do mercado saibam que no vertiginoso processo de globalização económica não é possível salvar-se sozinho. O gesto de boa vontade de perdoar as dívidas ou, pelo menos, de as reduzir, seja o sinal de um modo novo de considerar a riqueza em função do bem comum.

Apelo

Notícias de tensões étnicas chegaram nestes dias do Burundi, onde a população, já extenuada por longos anos de precariedade política e económica, vê agravar-se as próprias condições de vida.

Mais uma vez, quereria insistir sobre a urgente necessidade de favorecer o retorno das famílias às suas terras, o acesso livre e seguro das Organizações humanitárias a todos as zonas e a justa distribuição dos auxílios.

Não é com o deslocamento forçado das populações, nem com a prepotência e a luta armada que se prepara o futuro de um país! Fazendo assim, não se pode esperar, depois, na ajuda da Comunidade internacional.

Por sua parte, a Igreja católica, tão presente naquela Nação, não deixará de continuar a dar o seu contributo precioso à formação das consciências e à pacificação dos espíritos, em vista dum futuro melhor.

Saudações

Queridos Irmãos e Irmãs!

Saúdo cordialmente os peregrinos de língua portuguesa, desejando que a visita ao Túmulo de São Pedro dê nova força à vossa fé no Senhor Jesus e consolide com o amor divino os vínculos de cada um dentro da família, da comunidade paroquial e do trabalho diário. Estes são os meus

votos, acompanhados da minha Bênção.

Por fim, dirijo a minha saudação aos *Jovens*, aos *Doentes* e aos jovens *Casais*, aqui presentes. A Solenidade de Todos os Santos e a comemoração dos Fiéis Defuntos, que acabámos de celebrar, assim como a próxima memória de São Carlos Borromeu, a mim particularmente grata, oferecem-nos a oportunidade para reflectir, mais uma vez, sobre o autêntico significado da existência terrena e sobre o seu valor para a eternidade.

Estes dias de reflexão e de oração constituem para vós, caros *jovens*, um convite a imitar o heroísmo dos Santos, que despenderam a vida ao serviço de Deus e do próximo. Sejam de grande conforto especialmente para vós, queridos *doentes*, associados de maneira profunda ao mistério da paixão de Cristo.

Por fim, se tornem uma ocasião propícia para vós, prezados jovens esposos, para compreenderdes sempre melhor que sois chamados a testemunhar, com a vossa fidelidade recíproca, o amor infinito com que Deus circunda todo o homem.